

Município: Dorsoópolis **Exercício: 2018**
Nº do Processo: 1071883
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Despesa Total com Pessoal no Ano

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
3.0.00.00.00 - Despesa Bruta com Pessoal	7.024.571,66	615.710,99	7.640.282,65
3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.024.571,66	615.710,99	7.640.282,65
3.1.71.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	22.088,92	0,00	22.088,92
3.1.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	22.088,92	0,00	22.088,92
3.1.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	22.088,92	0,00	22.088,92
3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	7.002.482,74	615.710,99	7.618.193,73
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	31.634,80	0,00	31.634,80
3.1.90.01.02 - Aposentadorias Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	31.634,80	0,00	31.634,80
3.1.90.03.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	37.206,00	0,00	37.206,00
3.1.90.03.02 - Pensões Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	37.206,00	0,00	37.206,00
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.025.623,29	0,00	1.025.623,29
3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	60.622,81	0,00	60.622,81
3.1.90.04.99 - Outros	965.000,48	0,00	965.000,48
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.531.184,19	508.459,10	5.039.643,29
3.1.90.11.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	473.279,74	0,00	473.279,74
3.1.90.11.03 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao RPPS), exceto FUNDEB	273,80	0,00	273,80
3.1.90.11.04 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao INSS), exceto FUNDEB	2.504.567,26	0,00	2.504.567,26
3.1.90.11.05 - Pessoal de Cargo Comissionado, exceto FUNDEB	979.604,91	109.542,30	1.089.147,21
3.1.90.11.06 - Subsídio de Vereador	0,00	356.666,80	356.666,80

Município: Dorasópolis	Exercício: 2018
Nº do Processo: 1071883	
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)	

3.1.90.11.07 - Subsídio de Prefeito	275.808,00	0,00	275.808,00
3.1.90.11.08 - Subsídio de Vice-prefeito	68.952,00	0,00	68.952,00
3.1.90.11.09 - Subsídio de Secretário Municipal	140.916,67	0,00	140.916,67
3.1.90.11.10 - Subsídio de Presidente da Câmara	0,00	42.250,00	42.250,00
3.1.90.11.11 - Empregado Público	43.642,69	0,00	43.642,69
3.1.90.11.12 - Remuneração de Membros de Conselhos	44.139,12	0,00	44.139,12
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.043.750,74	107.251,89	1.151.002,63
3.1.90.13.01 - FGTS (exceto o Incidente sobre o FUNDEB)	4.127,20	0,00	4.127,20
3.1.90.13.03 - Contribuição Patronal para o INSS (exceto a Incidente sobre o FUNDEB)	841.529,21	107.251,89	948.781,10
3.1.90.13.04 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (Mínimo de 60%)	100.454,57	0,00	100.454,57
3.1.90.13.99 - Outras Obrigações	97.639,76	0,00	97.639,76
3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	333.083,72	0,00	333.083,72
3.1.90.94.01 - Indenizações por Demissão de Servidores ou Empregados	59.450,35	0,00	59.450,35
3.1.90.94.03 - Restituições e Outras Indenizações Trabalhistas	273.633,37	0,00	273.633,37

Município: Dorésópolis Exercício: 2018
Nº do Processo: 1071883
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Exclusões da Despesa Total com Pessoal

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio.	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro	68.840,80	0,00	68.840,80
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	333.083,72	0,00	333.083,72
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	401.924,52	0,00	401.924,52
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	6.622.647,14	615.710,99	7.238.358,13

Município: Dorsoópolis Exercício: 2018
Nº do Processo: 1071883
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Receitas

Descrição	Valor
Receitas	12.288.809,47
Deduções	
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	
95 - FUNDEB	2.187.756,78
Sub Total	2.187.756,78
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	
92 - Restituições	624,03
Sub Total	624,03
Total	2.188.380,81
Exclusões	
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	
Sub Total	0,00
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	
Sub Total	0,00
Receitas Corrente Intraorçamentária	
Sub Total	0,00
Total	0,00
Receita Corrente Líquida do Município	12.100.428,66
(-) Transferências Advindas de Emendas Parlamentares (Art. 166, §13 da CF)	493.573,40
Receita Corrente Líquida Ajustada (Receita Base de Cálculo)	11.606.855,26

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder

Descrição	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	6.267.701,84	696.411,32	6.964.113,16
Total da Despesa com Pessoal	6.622.647,14	615.710,99	7.238.358,13
% Aplicado	57,06	5,30	62,36
% Excedente	3,06	0,00	2,36

Município: Dorasópolis
Nº do Processo: 1071883

Exercício: 2018

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Conclusão do Item:

Poder Executivo

Item Irregular:

O Poder Executivo não obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 57,06% da Receita Corrente Líquida Ajustada. Ressalta-se que o Município se enquadra no disposto no art. 66 da LRF, onde estabelece que os prazos de recondução aos limites previstos no art. 23 da LRF, serão duplicados na ocorrência de crescimento real baixo ou negativo do PIB. Porém constatou-se que, embora tenha reduzido o percentual excedente em um terço nos dois primeiros quadrimestres, não foi eliminado o restante do percentual excedente no terceiro e quarto quadrimestre, nos termos do art. 66, permanecendo a irregularidade.

Poder Legislativo

Item Regular:

O Poder Legislativo obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 5,30% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

Município

Item Regular:

O Município não obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 62,36% da Receita Corrente Líquida Ajustada. Ressalva-se, porém, que somando-se ao total da Receita Corrente Líquida, os valores devidos pelo Estado ao Município, a título de repasses do Fundeb, ICMS e IPVA referentes ao exercício de 2018, no valor de R\$465.090,06, verifica-se o cumprimento do dispositivo legal retrocitado, razão pela qual desconsidera-se o apontamento.

Município: Dorisópolis Nº do Processo: 1071883 6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)	Exercício: 2018
---	------------------------

Considerações:

Conforme disposto nos §§ 5º e 6º do art. 1º da Ordem de Serviço Conjunta nº 01, de 29 de maio de 2019, acrescentou-se ao total da Receita Corrente Líquida os valores devidos pelo Estado aos Municípios relativos ao Fundeb e ICMS do exercício de 2018, sendo:

Fundeb R\$314.035,42
ICMS R\$151.054,64
Total R\$465.090,06

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal (com valores do Fundeb e ICMS não recebidos pelos Municípios):

Receita Corrente Líquida do Município.....	R\$12.100.428,66
(+) Fundeb/ICMS 2018 - valores não recebidos.....	R\$465.090,06
(-) Transferências Advindas de Emendas.....	R\$493.573,40
Receita Corrente Líquida Ajustada (Receita Base de Cálculo)...	R\$12.071.945,32

Descrição Poder Executivo

Permitido pela Lei Complementar 101/2000.....	R\$6.518.850,47
Total da Despesa com Pessoal.....	R\$6.622.647,14
% Aplicado.....	54,86%
% Excedente.....	

Descrição Poder Legislativo

Permitido pela Lei Complementar 101/2000.....	R\$724.316,72
Total da Despesa com Pessoal.....	R\$615.710,99
% Aplicado.....	5,10%
% Excedente.....	0,00%

Descrição Município

Permitido pela Lei Complementar 101/2000.....	R\$7.243.167,19
Total da Despesa com Pessoal.....	R\$7.238.358,13
% Aplicado.....	59,96%
% Excedente.....	0,00%

Inicialmente, ressalta-se que o Poder Executivo estava excedente ao limite de 54%, desde dezembro de 2017, no entanto, teve o prazo duplicado para recondução das despesas com pessoal até abril de 2019.

Município: Doresópolis

Exercício: 2018

Nº do Processo: 1071883

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Verificou-se que ao final do exercício de 2018, o Poder Executivo aplicou 57,06% da receita corrente líquida com despesas de pessoal, portanto continuou excedendo o percentual estabelecido na LRF.

Por fim, constatou-se no SICOM/2019 que ao final do prazo para recondução, o Poder Executivo aplicou 55,21% da RCL com pessoal. Dessa forma, conclui-se que não foi observado o art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

COPIA 23/11/2019

Município: Dorasópolis
Nº do Processo: 1071883

Exercício: 2018

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, da INTC 04/17)

O Parecer do Controle Interno foi pela regularidade das contas

Conclusão do Item:

Item Regular:

O relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, todos da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017.

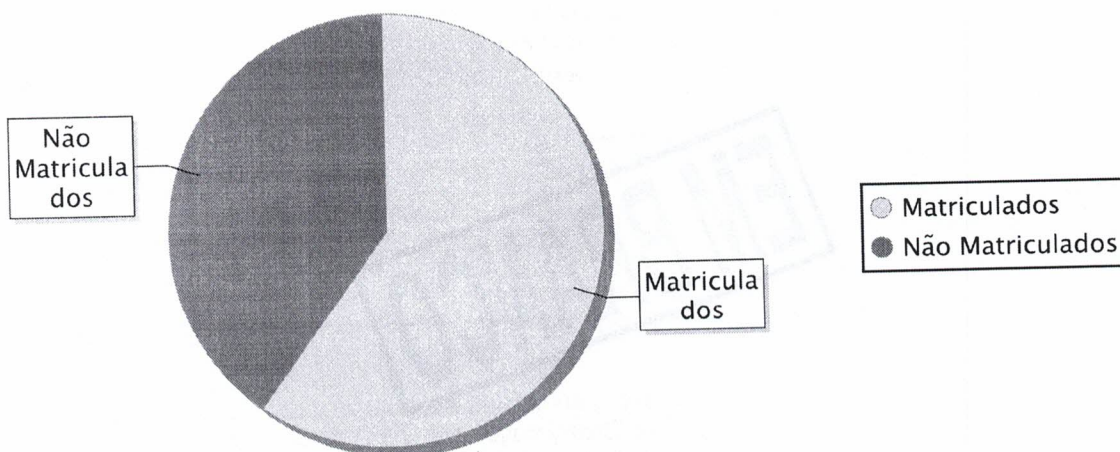
Município:	Doresópolis	Exercício:	2018
Nº do Processo:	1071883		

8 - PNE - Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014)

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PNE.

A - Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, até 2016.

População de 4 a 5 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
40	24



Fonte: TC educa

<https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio>

Conclusão do Item:

O município não cumpriu integralmente a meta estabelecida para o exercício de 2016. Ressaltamos que, até o exercício de 2018, essa meta não tinha ainda sido cumprida, tendo alcançado o percentual 60%.

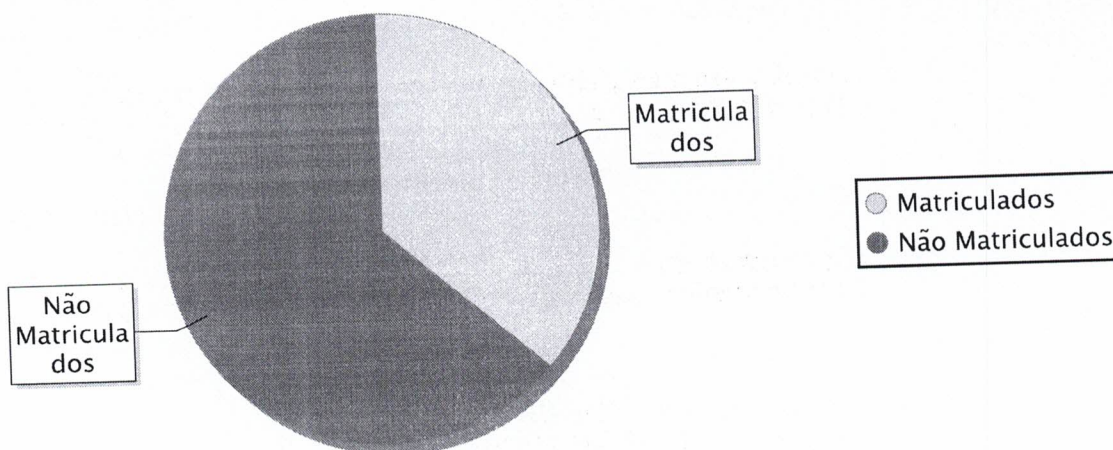
Recomendações:

Embora não tenha sido cumprida integralmente a Meta 1 do PNE dentro do prazo estabelecido em lei, recomenda-se ao gestor municipal adotar políticas públicas que viabilizem o cumprimento da mesma.

B - Ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até 3 (três) anos de idade, até 2024.

Município:	Dorcópolis	Exercício:	2018
Nº do Processo:	1071883		

População de 0 a 3 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
77	28



Fonte: TC educa

<https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio>

Conclusão do Item:

O município cumpriu, até o exercício de 2018, o percentual de 36.36% no tocante a oferta em creches para crianças de 0(zero) a 3(três) anos, devendo atingir no mínimo 50% até 2024, conforme disposto na Lei nº 13.005/2014.

META 18 - Observância do piso salarial nacional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição da República c/c o §1º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/ de 2008.

Modalidade da Educação Básica

Modalidade da Educação Básica Piso Nacional (40 horas semanais): R\$2.455,35	Valor Pago Pelo Município
Creche	R\$ 1.000,00
Pré Escola	R\$ 1.000,00
Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	R\$ 1.000,00

Fonte: I-EDUC

Questionário Educação - IEGM - Portal SICOM

Conclusão do Item:

O Município não observa o piso salarial profissional nacional previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, e atualizado para o exercício de 2018, pela Portaria MEC nº 1.595, de 2017, não cumprindo o disposto no inciso VIII do art. 206 da Constituição da República.